

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 16 de janeiro de 2025, às 9h30, na Casa dos Conselhos, situada na Av. Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 521^a. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Maria Betânia Corrêa de Araújo; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira; Maria Teresa Caminha Duere.** Conselheiros (as) Suplentes: **Ana Paula Nebl Jardim; Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza; Henrique Luiz de Lucena Moura; Juliana Santa Cruz Souza; Mickael de Azevedo Barbosa; Mons. José Albérico Bezerra; Rinaldo Carvalho Barbosa.** **01. INFORMES:** **1.1** – Definição sobre eleição para o Segmento Antropologia, Sociologia e Turismo; **PAUTA:** **01** – Lei 15430/14 e Regimento Interno (esclarecimentos e possíveis dúvidas); **02** – Atuação da SECULT e Fundarpe para o funcionamento das atividades junto ao CEPPC; **03** – Cronograma do Edital do RPV/2025 (participação do CEPPC) - Marcelo Renan; **04** – Divulgação sobre o Prêmio Ayrton (participação do CEPPC) - Marcelo Renan. **Ana Barbosa** iniciou a reunião de número 521 no dia 16 de janeiro de 2025. A pauta divulgada incluía informes, esclarecimentos sobre a Lei e o regimento interno, além da explanação sobre a interação entre a Secult, a Fundarpe e o conselho. Também estava prevista a validação do Edital do Patrimônio Vivo 2025 e a escolha de dois nomes para compor a comissão de avaliação do Prêmio Ayrton. Destacou-se que o conselho liderava e conduzia essa comissão, sendo necessário discutir experiências anteriores para orientar os novos membros. Além disso, estava prevista a definição sobre a eleição de um segmento que não conseguiu preencher sua vaga. Antes de prosseguir, foi feito um lembrete sobre um debate que ocorreria às 15 horas no Museu do Estado, com a participação do ex-Conselheiro George Cabral e Dirceu Marroquim, este último um dos avaliadores do Prêmio Ayrton em edições anteriores. **Amanda Carneiro** esclareceu que, no início dos informes, eram anunciados eventos e convites recebidos pelo conselho. Também se abria espaço para que qualquer conselheiro ou conselheira pudesse compartilhar ou divulgar convites destinados ao grupo, bastando levantar a mão e se manifestar. **Harlan Gadêlha** registrou nos informes o recebimento de dois ofícios do Instituto Histórico, Geográfico e Cultural de Garanhuns, assinados pelo presidente Audálio, primo da Vice-Governadora Priscila Krause. O primeiro ofício solicitava a inscrição, no sistema de tombamento do estado de Pernambuco, de um imóvel localizado na Praça Dom Moura, em Garanhuns. Construído em 1919, o prédio abrigou Instituto Histórico, Geográfico e Cultural de Garanhuns e, atualmente, encontrava-se abandonado. O segundo ofício mencionava registros históricos da Trezena de Santo Antônio em Garanhuns. De acordo com documentos da igreja, a celebração estava oficialmente registrada desde 1786, mas informações informais indicavam sua existência desde 1699. O ofício incluía diversos registros e solicitava a aceleração do processo de reconhecimento desse patrimônio imaterial pela Fundarpe, para encaminhamento ao Conselho de Preservação. Ambos os

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

ofícios seriam protocolados no conselho. **Ana Barbosa** explicou que o conselho receberia o ofício e agendaria uma data para a votação, garantindo que todos os esclarecimentos e detalhes necessários fossem apresentados previamente. **Amanda Carneiro** explicou que o protocolo na Secult seguia o organograma padrão, no qual os documentos eram registrados no SEI e encaminhados à Casa dos Conselhos. Essa, por sua vez, direcionava o protocolo ao conselho responsável. Além disso, a Casa dos Conselhos tinha o papel de intermediar a tramitação, mantendo a Secult informada sobre o processo. Ela também mencionou que o fluxograma seria discutido posteriormente, no momento dedicado às atribuições. **Ana Barbosa**, antes de tratar das atribuições e da pauta principal, explicou o fluxo das eleições. O processo consistia na formação de uma comissão eleitoral, na publicação dessa comissão no Diário Oficial, na aprovação do cronograma eleitoral, na abertura das inscrições e na divulgação do processo para o cumprimento dos prazos. A definição necessária naquele momento era a formalização da decisão em ata, permitindo que a Casa dos Conselhos, junto com a Secult, iniciasse o processo eleitoral. Também foi discutida a participação de membros do Conselho na comissão. Após esse registro, os interessados poderiam se inscrever, apresentar a documentação e concorrer à eleição. **Amanda Carneiro** explicou que, como presidente da comissão, conduziu o processo eleitoral para o segmento de Antropologia, Sociologia e Turismo. Dois candidatos se inscreveram, mas não atenderam às exigências documentais, pois não comprovaram a formação profissional requerida, sendo automaticamente inabilitados. Na primeira fase, não houve inscrições para esse segmento nem para o de Arqueologia, História e Museologia. Diante disso, a comissão consultou a PGE, que recomendou manter os cinco segmentos preenchidos e republicar o edital para tentar preencher as vagas restantes. O processo foi amplamente divulgado em redes sociais e grupos de trabalho, mas, mesmo assim, não obteve êxito na captação de novos candidatos para os dois segmentos mencionados. **Elinildo Marinho** destacou que participava de grupos de WhatsApp onde membros do conselho da gestão anterior, especialmente dos segmentos com vagas em aberto, mencionaram a necessidade de candidatos. No entanto, segundo ele, não houve uma divulgação ampla do processo eleitoral. Ele também afirmou fazer parte da rede do Museu de Pernambuco, onde vários conselheiros estavam presentes, mas a divulgação do pleito não ocorreu de forma massiva. **Ana Paula Jardim** ressaltou que houve contato informal com alguns conselhos para que indicassem candidatos desses segmentos. Apesar da republicação do chamamento, ocorreu uma mobilização por parte do conselho, mas, mesmo assim, o processo não obteve sucesso em preencher as vagas. **Amanda Carneiro** explicou que, para garantir uma divulgação ampla do processo eleitoral, seria necessário que a Casa dos Conselhos e a equipe da comissão eleitoral protocolassem o informativo em cada conselho, visando alcançar todos os âmbitos dos três segmentos importantes. Apesar do resultado insatisfatório, em que apenas a cadeira de Arqueologia, História e Museologia foi preenchida, a PGE foi consultada novamente. A orientação recebida foi de que o conselho não poderia permanecer inativo por tanto tempo, e que, assim que todos fossem nomeados, o processo eleitoral deveria ser reaberto. Amanda mencionou que,



521^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Apesar de não esperar muitas inscrições devido ao período de Carnaval, era fundamental dar andamento ao processo, com a comissão eleitoral definindo o cronograma. Propôs que as inscrições fossem abertas em 1º de março, considerando a proximidade do final de semana, para facilitar a leitura e análise da documentação. A comissão seria formada por sete pessoas, e, caso o pleno aprovasse, o trabalho seria iniciado imediatamente após a reunião, com a divulgação nas redes sociais. **Ana Barbosa** destacou que a eleição do segmento em aberto era urgente e que o processo para a montagem da comissão deveria ser iniciado imediatamente. O fluxo de trabalho, que incluía a formação da comissão, publicação no Diário Oficial, elaboração do cronograma e execução de todas as etapas, estava em andamento. Em seguida, foi abordada a questão do interesse de alguém em participar da comissão eleitoral do conselho. A função da comissão seria organizar o processo eleitoral para a escolha dos titulares e suplentes do segmento de Antropologia, Sociologia e Turismo. A comissão seria formalizada no Diário Oficial, acompanharia o cronograma, abriria as inscrições, verificaria a documentação dos candidatos e, ao final, declararia os mais votados como titulares e suplentes, para que fossem nomeados, assim como os membros do conselho. **Amanda Carneiro** explicou que, de acordo com o edital, o item 4 estabelecia as condições de elegibilidade para a inscrição. Não poderiam participar do processo eleitoral pessoas que fizessem parte da comissão eleitoral, membros do poder executivo estadual em cargos comissionados ou de confiança, conselheiros e suplentes em seu segundo mandato, agentes culturais e conselheiros diretamente envolvidos na elaboração, análise ou julgamento das propostas e recursos. Também estavam impedidos seus cônjuges, companheiros e parentes de até terceiro grau, servidores efetivos ou comissionados da Secult e Fundarpe, além de pessoas que tivessem projetos em cooperação com a Secult ou Fundarpe cujas prestações de contas fossem reprovadas. Outros impedimentos incluíam pessoas condenadas por crimes com trânsito em julgado nos últimos cinco anos ou servidores que tivessem sido penalizados em processos administrativos, disciplinares ou de sindicância nos últimos dois anos. **Ana Barbosa** ressaltou aos Conselheiros que não havia impedimento para a participação de membros do Conselho na comissão eleitoral, desde que não houvesse interesse destes em concorrer no segmento. Ela sugeriu que os interessados manifestassem seu desejo a **Amanda Carneiro**. **Amanda Carneiro** explicou o processo da comissão eleitoral, destacando que sua função era analisar a documentação dos candidatos para garantir que estivessem em conformidade com o edital. Ela enfatizou que, independentemente de quem fosse o candidato, a comissão apenas verificaria se os documentos estavam corretos. Exceções foram feitas para os segmentos de comunidades tradicionais e religiosas, que não exigem comprovação acadêmica devida à natureza de suas práticas. Amanda também informou que, enquanto as vagas de titular e suplente não fossem preenchidas, a Secult se absteria de votar para manter a paridade do conselho. Ela destacou que a comissão seria composta por membros do Conselho e da sociedade civil, e que qualquer indeferimento de candidatura seria reavaliado pela comissão eleitoral. **Ana Barbosa** informou que, para garantir a paridade, a comissão eleitoral seria composta por seis membros do conselho e

Graça
Paulo
José
Maria

PAZ
Paulo

Faísca
cl

Hercílio
BB
BB

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

seis da sociedade civil, com a decisão tomada de formar a comissão para o preenchimento do segmento de Antropologia, Sociologia e Turismo. Foram designados os conselheiros Elinildo Marinho e Juliana Santa Cruz para a comissão eleitoral. Em seguida, ela iniciou a pauta do dia, que envolvia a análise da lei que criou o conselho e do regimento interno de 2018, perguntando se havia algum ponto pendente que necessitasse de esclarecimento. **Maria Betânia** questionou sobre o trabalho realizado na gestão passada no regimento, para que pudessem analisá-lo antes de comparar com o regimento de 2018 e as observações feitas, destacando que não faria sentido modificar algo que já havia sido alterado. **Amanda Carneiro** sugeriu otimizar o tempo, propondo que colocaria a minuta, já enviada pelo mandato anterior, no grupo para que todos pudessem apreciar e verificar se as sugestões já estavam incluídas, evitando assim redundâncias, como explicou Maria Betânia. **Ana Barbosa**, após a conclusão do primeiro item, passou a tratar da atuação da Secult e da Fundarpe em relação ao funcionamento e às parcerias com o conselho. **Ana Paula Jardim** explicou o processo de registro de patrimônio, detalhando as etapas de autorização e análise técnica pela Secult e Fundarpe, incluindo o procedimento em casos de discordância, como o caso do tombamento do Veículo Lincoln, que foi encaminhado para o conselho de patrimônio. Em relação à Casa dos Conselhos, ela informou que, apesar de alguns obstáculos técnicos, como problemas com a licitação e a tubulação, estão fazendo melhorias para oferecer um ambiente mais confortável para as reuniões. A Secult, com recursos reservados, está focada em recuperar a Casa dos Conselhos, enfrentando desafios burocráticos, mas buscando soluções. Ana Paula também mencionou que, a sala preparada para as reuniões, também está sendo usada por equipes que analisam documentos dos editais. Ela informou que os editais serão lançados após o carnaval. Quanto às reuniões itinerantes no interior, ela destacou a necessidade de alteração na legislação para autorizar a realização dessas reuniões e o uso de recursos para a contratação de empresas de transporte. A Secult enfrenta restrições legais, principalmente devido ao quadro predominantemente terceirizado, mas busca soluções para viabilizar as ações e políticas públicas. **Cristiane Feitosa** explicou o fluxograma desenvolvido para otimizar a tramitação dos processos, destacando o papel da Fundarpe na parte técnica e na gestão de processos junto ao conselho. Ela sugeriu que fosse acessada também a legislação relacionada aos tombamentos e registros, além do prêmio, pois ela orienta as atribuições da Fundarpe, Secult e do Conselho. Cristiane detalhou o processo de tombamento, mencionando que a Secretário de Cultura é quem defere a abertura do processo, e ressaltou que a falta de documentos pode impedir a abertura do processo. O rito administrativo inclui a notificação dos proprietários e a publicação de editais em veículos de grande circulação, seguido pela elaboração dos exames técnicos, que envolvem pesquisa e diálogo com as comunidades detentoras do patrimônio. Ela enfatizou a importância da instrução processual, que é verificada pelo conselho, que decide pelo tombamento, garantindo a representação tanto do governo quanto da sociedade civil. Além disso, ela compartilhou o fluxograma com os participantes do grupo, sugerindo o acesso à legislação detalhada para facilitar a compreensão do

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

processo. **Ana Barbosa** explicou que, após a análise da Fundarpe, o processo retorna ao conselho para decisão final. Inicialmente, os relatores analisam o relatório técnico e elaboram um parecer, que é apresentado na plenária. O conselho, então, decide se aprova ou não o tombamento. Caso o relatório não seja considerado suficientemente fundamentado, ele pode ser revisado e reapresentado para nova avaliação e votação. Ela ressaltou que esse processo de ida e volta é necessário para garantir que as decisões sejam bem embasadas. O objetivo do conselho é assegurar a preservação do patrimônio de Pernambuco com responsabilidade, garantindo que a documentação e as informações técnicas forneçam segurança na tomada de decisão. **Elinildo Marinho** destacou a importância de incluir, nas futuras apresentações, um planejamento para o acompanhamento dos bens tombados. Ele ressaltou a relevância da memória e da preservação dos bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais. No entanto, apontou a falta de uma política pública eficiente para monitorar esses bens após o tombamento ou registro. Ele sugeriu a criação de indicadores que avaliem o estado de conservação e as projeções futuras para a preservação desses patrimônios. Além de tomar e registrar, enfatizou a necessidade de manutenção contínua, comparando o processo ao ciclo PDCA, que se renova constantemente. **Harlan Gadêlha** ressaltou a preocupação de Elinildo e mencionou que o conselho anterior trabalhou na atualização da legislação estadual, que não previa mecanismos de fiscalização. Ele destacou que a Lei 7.970, de 1979, precisa ser adaptada à Constituição Federal de 1988, garantindo maior alinhamento com os princípios constitucionais. Apontou que há um trabalho em andamento no grupo de legislação, já apresentado ao conselho, para que se estabeleçam medidas de fiscalização e aplicação de multas, evitando que o processo de tombamento se encerre sem acompanhamento contínuo. **Ana Barbosa** destacou que as atribuições do conselho, definidas em lei, servem de base para a formação dos grupos de trabalho. Solicitou que os membros analisassem o artigo correspondente para escolherem em quais grupos participar. Explicou que as comissões especiais são temporárias, enquanto os grupos de trabalho são permanentes. Reforçou a necessidade de os grupos atuarem na revisão da legislação, monitoramento de bens tombados e ajudarem nas decisões sobre tombamentos e registros. Ressaltou ainda a importância de incentivar a criação de conselhos municipais de preservação do patrimônio, mencionando um projeto do Ministério Público de Pernambuco (Fortalecer Cultural) a ser apresentado na próxima reunião. Concluiu informando que a formação dos grupos ocorreria na próxima reunião, permitindo debates e validação coletiva das deliberações. **Ana Paula Jardim** ressaltou que a interiorização dos conselhos municipais poderia ser integrada ao trabalho já realizado pela Secretaria de Cultura, em parceria com a gerência técnica. Explicou que a Secretaria tem orientado os secretários municipais sobre a criação de fundos e conselhos de política cultural. Sugeriu que esse processo fosse alinhado com as demandas do patrimônio, incluindo essa temática no trabalho já desenvolvido junto aos municípios. **Harlan Gadêlha** sugeriu que, devido à maioria do Conselho ser composta por novos membros, fosse considerada a estrutura dos cinco grupos de trabalho criados pelo conselho anterior. Propôs que esses grupos

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

fossem apresentados para avaliação, permitindo decidir se seriam mantidos ou modificados. Destacou que essa abordagem facilitaria a organização, uma vez que já existia uma base estabelecida há um ano, com nomes e funções definidos. Mencionou que as atas continham essas informações, embora os grupos não estivessem oficialmente constituídos. **Ana Barbosa** concedeu a palavra a Marcelo Renan, destacando que os itens 3 e 4 da pauta tratavam do edital do RPV 2025 e do Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho. Mencionou a participação do CEPPC em ambos os momentos e solicitou que ele apresentasse a situação de cada um, esclarecendo o papel do conselho, o momento de sua intervenção e sua contribuição no processo. **Marcelo Renan** iniciou sua fala cumprimentando os conselheiros e pedindo desculpas pelo atraso. Informou que traria atualizações sobre dois editais mantidos pela Secretaria de Cultura e Fundarpe, ambos sob a responsabilidade administrativa da Fundarpe e voltados à área de patrimônio. Destacou que esses editais eram contínuos desde suas criações: o Concurso do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, instituído em 2002, e o Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho, criado pelo Decreto nº 42.050, de 17 de agosto de 2015. Explicou que o Conselho de Preservação participava diretamente do processo de escolha dos resultados desses editais. Sobre o Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho, esclareceu que se tratava de um reconhecimento de ações bem-sucedidas na preservação, promoção e difusão do patrimônio cultural, dividido em três categorias: formação cultural e educação patrimonial, produtos de promoção e difusão (como documentários, livros e podcasts) e preservação documental de acervos culturais. Ressaltou que as iniciativas premiadas deveriam estar em atividade nos últimos três anos, podendo ser projetos contínuos, desde que demonstrassem atualização. Diferentemente dos prêmios de trajetória, esse reconhecimento era concedido a projetos específicos, permitindo que vencedores anteriores participassem novamente com novas propostas. Marcelo detalhou o processo do prêmio, que envolvia duas etapas principais. A primeira correspondia à análise documental e habilitação das candidaturas, realizada integralmente pela equipe da Fundarpe, com apoio dos setores da Secult. A segunda consistia na análise propriamente dita, momento no qual o Conselho de Preservação se envolvia diretamente. Nessa fase, formava-se uma comissão de avaliação composta por representantes de instituições como o IPHAN, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade de Pernambuco e a Universidade Rural, sendo presidida por membros do Conselho de Preservação. O conselheiro titular e o suplente exerciam tanto o papel de integrantes da comissão quanto o de relator da análise dos projetos inscritos. O edital do prêmio era tradicionalmente lançado em 27 de dezembro, data de nascimento do homenageado, o professor Ayrton de Almeida Carvalho. O edital de 2024 foi publicado nessa data, com inscrições abertas a partir de 9 de janeiro e prazo final em 4 de abril. Em abril, ocorreria a habilitação técnica das candidaturas, seguida da análise da comissão entre maio e junho. Durante esse período, o Conselho de Preservação deveria indicar dois representantes para integrar a comissão avaliadora. Os conselheiros teriam cerca de dois meses para analisar a documentação dos projetos, conduzindo reuniões presenciais e virtuais até a definição



521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

dos resultados, prevista para 27 de junho. A entrega da premiação aconteceria durante a Semana do Patrimônio Cultural, em agosto. **Ana Barbosa** explicou que a experiência demonstrava a presença de professores e profissionais altamente capacitados no processo. Ressaltou que, para facilitar a participação nas reuniões e evitar deslocamentos, os encontros eram realizados de forma *online*, permitindo um debate mais acessível. Destacou a importância do Conselho no controle do tempo das discussões, evitando que uma única proposta consumisse toda a reunião. Além disso, garantir que todos teriam espaço para expor suas análises individuais antes da consideração final do *ranking* dos projetos com melhor pontuação, com a Fundarpe oferecendo assessoramento técnico ao longo do processo. Ela enfatizou a necessidade de manter o foco na avaliação dos projetos apresentados, sem influências relacionadas aos profissionais envolvidos. Mencionou também a importância de garantir que nenhum conselheiro atuasse como proponente de projetos, evitando conflitos de interesse que pudesse levar a impugnações e prejudicar o cronograma do prêmio. Ana Barbosa reforçou que o conselho teria um papel fundamental no processo, devendo definir até março dois nomes para compor a comissão de avaliação. Explicou que a análise dos projetos seria distribuída entre os avaliadores, sem que um tivesse acesso ao material analisado pelo outro. No final, cada membro apresentaria suas justificativas e atribuições de pontuação, permitindo a definição dos melhores classificados. Por fim, destacou que, após a conclusão do processo, a Fundarpe e os conselheiros participantes trariam um retorno sobre a experiência, contribuindo para aprimorar o edital e o regulamento nos anos seguintes. **Sidney Rocha** questionou se o Arquivo poderia ou não participar do prêmio, mencionando que há uma semana a equipe trabalhava na candidatura de um projeto. Informou que os servidores estavam envolvidos no processo, baseando-se em trabalhos concluídos no ano anterior e em ações em andamento. Diante disso, buscou esclarecimento sobre a possível impossibilidade de participação. **Marcelo Renan** informou que seria possível realizar uma consulta formal ao setor jurídico para obter uma resposta conclusiva sobre a candidatura de instituições representadas por conselheiros. Explicou que o edital do Patrimônio Vivo possuía restrições nesse sentido, especialmente para instituições culturais das quais conselheiros fizessem parte no ano vigente. Em seguida, apresentou o Edital do Patrimônio Vivo, vigente desde 2002, com o objetivo de reconhecer pessoas físicas e grupos culturais que desenvolvessem trabalhos na cultura popular e tradicional. Destacou que o edital era totalmente decidido pelo Conselho de Preservação e dividido em etapas. A primeira consistia na habilitação documental, realizada pela equipe da Fundarpe com apoio dos setores jurídicos da Fundarpe e da Secretaria de Cultura. Essa fase não avaliava o mérito, mas apenas os critérios de elegibilidade, exigindo que o candidato residisse e atuasse em Pernambuco por pelo menos 20 anos, ainda que de forma interrompida. Mencionou que, após a habilitação, havia uma etapa de recurso, cuja análise também ficava sob responsabilidade do Conselho de Preservação. A equipe técnica elaborava pareceres sobre os casos de inabilitação, justificando os motivos, que frequentemente envolviam a ausência de documentos ou assinaturas. O conselho, então, analisava a documentação e

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

deliberava sobre os recursos. Sobre a comprovação de residência, apontou que essa exigência era um dos principais motivos de inabilitação no edital. Explicou que o próprio edital orientava os candidatos sobre os documentos aceitos, como contratos de aluguel, contas de serviços públicos e declarações emitidas por entidades municipais. Ressaltou que, apesar dos esforços para validar essas informações, alguns documentos ainda apresentavam inconsistências, o que levava à necessidade de análise pelo Conselho de Preservação. Por fim, destacou que houve avanços na verificação desses documentos, graças a investimentos na formação direta e no contato com entidades, permitindo uma melhor orientação sobre a organização dos dossiês de candidatura. **Rinaldo Azevedo** informou que a Sociedade de Amigos do Museu do Estado, com 33 anos de atuação, havia realizado a exposição "1654 dos Holandeses" e questionou se a sociedade poderia submeter uma proposta. Ele destacou que, embora a exposição tenha ocorrido no Museu do Estado, o projeto era de autoria da própria sociedade. **Marcelo Renan** afirmou que, nesse caso, a participação poderia ser possível, pois o representante do governo estava vinculado ao Museu do Estado, que, por sua vez, era ligado à Fundarpe, diferentemente da situação do projeto do arquivo. No entanto, ressaltou a necessidade de uma consulta prévia e sugeriu que fosse protocolada de forma simples, por meio de um e-mail direcionado ao edital do Prêmio Ayrton. Dessa maneira, a consulta poderia ser encaminhada ao setor jurídico, garantindo uma resposta oficial ao interessado. **Elinildo Marinho** sugeriu que, diante das dúvidas levantadas sobre as candidaturas nos editais em questão, a comissão responsável pelo certame analisasse a possibilidade de incluir esses impedimentos no próximo edital. Ele destacou que se tratava de casos omissos, não previstos no documento atual, e que a consulta jurídica realizada por Marcelo poderia esclarecer a situação. No entanto, observou que, caso houvesse brechas no edital vigente, não haveria como impedir a participação, reforçando a importância de considerar essas questões para futuras edições. **Ana Barbosa** sugeriu que, para agilizar o processo, Sidney formalizasse a consulta assim que chegasse ao arquivo. Ela recomendou que a solicitação fosse feita por e-mail e encaminhada à Fundarpe, garantindo um esclarecimento rápido sobre a elegibilidade da candidatura. Da mesma forma, indicou que o mesmo procedimento fosse seguido pela Sociedade Amigos do Museu. Ela alertou sobre a importância de não adiar a consulta para evitar que o prazo expirasse e compromettesse a participação no edital. **Marcelo Renan** explicou detalhadamente o processo do edital do Patrimônio Vivo, que ocorre anualmente em Pernambuco desde 2004, com exceção dos anos de 2014 a 2016, quando foi suspenso devido à transição do conselho responsável. Ele destacou que os candidatos precisam se inscrever formalmente, podendo ser indicados por entidades culturais, câmaras municipais ou pela Assembleia Legislativa. Com mudanças recentes na lei, passou a ser possível a auto inclusão de candidatos individuais ou de grupos com CNPJ. Após a inscrição, inicia-se a habilitação documental, na qual se verifica a elegibilidade dos candidatos. Os inabilitados têm um prazo para recurso, que é analisado pelo Conselho de Preservação. A equipe responsável entra em contato com cada candidatura inabilitada para orientar sobre a correção das pendências, garantindo um alto nível de transparência e justiça no processo.

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

índice de aproveitamento. Depois da fase de recursos, é formada uma comissão de especialistas indicada pela Secretaria de Cultura, que elabora relatórios técnicos individuais sobre cada candidatura. Esses relatórios são compartilhados entre os membros da comissão para revisão e ajustes. O processo dura cerca de 40 dias, ao final dos quais os relatórios são apresentados ao Conselho de Preservação. O conselho tem acesso à documentação dos candidatos a partir da divulgação da lista de habilitados. A comissão permanece disponível para esclarecimentos ao conselho, que, após essa fase, dá início à etapa de decisão e escolha dos contemplados. Essa última etapa ocorre, geralmente, entre junho e julho, com a análise final das candidaturas. **Ana Barbosa** explicou que, diferentemente do Prêmio Ayrton, todo o material do edital do Patrimônio Vivo é disponibilizado para análise. O fluxo do processo prevê a convocação dos candidatos para apresentação, mas, até o ano anterior, essa etapa não ocorria diretamente, sendo contratados pareceristas responsáveis por apresentar os materiais ao Conselho. Ela destacou que a opinião dos pareceristas não era vinculativa, servindo apenas para organizar as informações e facilitar a análise. As reuniões ocorriam em um período de uma semana, realizadas *online* para evitar atrasos. Durante esses encontros, os conselheiros ouviam as justificativas dos pareceristas sobre a continuidade ou não das candidaturas e podiam formar suas próprias opiniões. Caso discordassem das avaliações, tinham autonomia para deliberar de forma independente, uma vez que o conselho era responsável por garantir a pertinência das escolhas dentro do contexto do patrimônio estadual de Pernambuco. Ao final do processo, realizava-se uma reunião de socialização do conselho, sem a presença dos pareceristas, na qual cada membro justificava suas escolhas. A decisão final ocorria por meio de votação formal, com cédulas e demais protocolos necessários. Somente após essa etapa era elaborada a comunicação oficial. **Ana Barbosa** mencionou, que em edições anteriores, informações vazavam antes da divulgação oficial, gerando confusão. Por isso, reforçou a importância de aguardar os comunicados da Secult e da Fundarpe para evitar equívocos. Por fim, ressaltou que o processo era enriquecedor e proporcionava grande aprendizado aos envolvidos. **Marcelo Renan** explicou que, ao longo dos meses seguintes, ocorreriam novos encontros em cada etapa do processo. Após o encerramento das inscrições, seria apresentado ao conselho um diagnóstico com dados sobre a quantidade de inscritos, distribuídos por região, gênero e segmento cultural. Além disso, nas análises de recursos, era comum que uma comissão do conselho recebesse e examinasse a documentação. Ele destacou que essa interação se estenderia até agosto, considerando a existência de dois editais distintos, ambos vinculados às políticas de preservação do patrimônio cultural. Ele mencionou que o Patrimônio Vivo já estava consolidado e, ao longo dos anos, havia reconhecido 105 patrimônios vivos. Ressaltou ainda a importância da presença de Mãe Beth de Oxum no Conselho, sendo a primeira Patrimônio Vivo a ocupar essa posição, o que representava um avanço na política pública nacional. Ele relembrou que, durante a reformulação do conselho em 2014, defendeu a inclusão de representantes da cultura popular e das religiões, sendo gratificante ver essa mudança concretizada. Também citou a participação

521^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

de outros patrimônios vivos no conselho em mandatos anteriores, como Mônica e o Elefante, reforçando a relevância desse retorno ao espaço de decisão. **Maria Elizabeth Santiago** destacou a relevância do acesso à documentação para os candidatos ao título de Patrimônio Vivo, enfatizando as dificuldades enfrentadas por aqueles que dedicaram suas vidas à preservação de tradições. Ela relatou sua experiência pessoal ao precisar recuperar um contrato de locação de 20 anos atrás, ressaltando a necessidade de facilitar esse processo. Ela também mencionou um episódio ocorrido quando foi indicada ao conselho pela Associação dos Amigos de Vicência. Na ocasião, a legislação havia sido alterada, tornando inválida a indicação de membros do próprio conselho, mas essa informação não era amplamente conhecida. Após ser questionada sobre sua indicação, buscou orientação e foi aconselhada a recorrer, uma vez que a nova legislação ainda estava em fase de adaptação. Seguindo essa orientação, conseguiu viabilizar sua candidatura por meio de outra instituição e foi reconhecida como Patrimônio Vivo em 2021. Maria Elizabeth ressaltou a importância de estar atento às mudanças legislativas, pois muitos candidatos são desclassificados já na fase documental. Destacou, ainda, o papel do Estado na escuta e no esclarecimento dessas questões. Enfatizou que, diante de erros ou falta de compreensão, os candidatos devem buscar recursos e persistir no processo. Por fim, questionou se era a primeira pessoa física a ocupar essa posição e expressou dúvidas sobre a participação de suplentes que também são patrimônios reconhecidos. Reforçou seu compromisso em contribuir com o Conselho, trazendo reflexões sobre valores civilizatórios, tradições e povos de matriz africana, além de defender o direito ao debate e à votação dentro do Conselho. **Marcelo Renan** explicou que muitas das exigências do edital estão previstas na lei e no decreto, o que limita possíveis melhorias. O conselho já realizou revisões da legislação em dois momentos, não apenas para alterar a quantidade de vagas e o valor das bolsas, mas também para uma reformulação mais ampla. No entanto, a proposta de alteração não chegou a ser encaminhada como Projeto de Lei no ano anterior. Ele ressaltou que a legislação do Patrimônio Vivo passou por quatro mudanças recentes, em 2016, 2022, 2023 e 2024, enquanto o decreto que a regulamenta não foi atualizado. Como resultado, o decreto ainda menciona situações que não são mais compatíveis com a legislação vigente. Diante disso, sugeriu que a Comissão do Patrimônio Vivo do Conselho retome a discussão para atualizar a legislação de forma mais adequada, pois, enquanto as regras atuais permanecerem, as alterações no edital continuarão limitadas. Sobre as audiências, lembrou que, anteriormente, elas eram realizadas presencialmente. No Recife, essa etapa era obrigatória para o Patrimônio Vivo. Entretanto, com a pandemia em 2020, o edital de 2021 flexibilizou essa exigência, permitindo que os candidatos apresentassem sua defesa por meio de vídeos. Para o edital atual, essa possibilidade foi mantida como opcional. Caso o conselho decida viabilizar alguma etapa presencial, essa previsão já estará contemplada no edital, sem tornar a participação obrigatória. **Harlan Gadêlha** observou que, em Goiana, candidatos sem recursos financeiros para contratar a produção de um vídeo não conseguiram se inscrever. Destacou que essa exigência representa uma dificuldade para os candidatos mais

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

humildes, que não contam com apoio da prefeitura ou de outras instituições. Ressaltou que, sem esse suporte, muitos não conseguem cumprir esse requisito, o que torna necessário que o conselho reavalie essa questão. **Maria Elizabeth Santiago** destacou a discrepância no valor recebido pelos patrimônios vivos pessoa física no Estado. Ressaltou que, apesar de terem dedicado a vida à preservação de tradições, muitos possuem idade avançada, entre 70 e 90 anos, e recebem apenas R\$ 2.000,00 mensais. Comparou esse valor ao custo de um plano de saúde para pessoas acima de 60 anos, que pode ultrapassar essa quantia. Mencionou sua convivência com mestres como Dona Selma, Dona Lia e Mestre Nado, enfatizando que, enquanto instituições conseguem articular recursos, indivíduos que se tornam patrimônios vivos enfrentam dificuldades financeiras. Argumentou que o reconhecimento do patrimônio deve valorizar a totalidade da obra e defendeu que essa questão precisa ser debatida no Conselho. **Elinildo Marinho** considerou interessante a decisão de tornar opcional a exibição do vídeo na candidatura, mas expressou preocupação com a interpretação desse critério. Destacou que a candidatura de quem envia o vídeo pode se tornar mais evidente, enquanto aqueles que não o enviam, por limitações diversas, não devem ser prejudicados, já que o envio é opcional e não pode influenciar na análise do mérito cultural. Ressaltou a importância do letramento digital, que impacta uma parcela significativa da população, independentemente da idade. Mencionou a necessidade de retomar as formações que foram interrompidas durante a pandemia, sugerindo que fossem presenciais ou online. Propôs ainda a criação de uma cartilha de tira-dúvidas em formato compacto, com linguagem acessível, para facilitar a compreensão do edital por um público mais amplo. **Harlan Gadêlha** ressaltou que a Mata Sul de Pernambuco possuía apenas um Patrimônio Vivo, o palhaço Alakazam, reconhecido há dois anos. Destacou as dificuldades enfrentadas pela população da região, apesar de sua riqueza cultural. Questionou de que forma o Estado oferecia suporte para que mais artistas e tradições locais pudessem se apresentar e candidatar ao reconhecimento, alertando para o risco de que essa população permanecesse esquecida. **Monsenhor José Albérico** expressou sua satisfação em participar da reunião, reconhecendo que estava chegando recentemente ao grupo como suplente de Maria Teresa, mas demonstrando interesse em acompanhar ativamente os trabalhos. Destacou a importância das reuniões e conselhos na construção democrática, fazendo uma analogia com a estrutura da Igreja. Mencionou que, apesar de ausências anteriores devido a uma cirurgia, desejava contribuir e aprender mais sobre os processos, planejando até mesmo buscar esclarecimentos com Amanda fora das reuniões. Finalizou agradecendo a oportunidade e desejando um trabalho produtivo para todos, ressaltando seu compromisso com o bem coletivo. **Ana Barbosa** ressaltou que o espaço do conselho era destinado ao debate, à fala e à escuta, sem a intenção de confronto, mas de compreensão e posicionamento para superar desafios. Mencionou as limitações impostas pela legislação, explicando que algumas mudanças dependiam de um longo processo antes de serem sancionadas e que, por isso, nem sempre repercutiam imediatamente nos editais desejados. Destacou a importância da união em prol da preservação do patrimônio

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

cultural de Pernambuco e a necessidade de atuação conjunta para superar dificuldades. Concluiu enfatizando que, aos poucos, o grupo iria avançar na resolução dessas questões.

Marcelo Renan apresentou um panorama dos dois principais editais sob responsabilidade do conselho: o Patrimônio Vivo, cuja decisão cabia inteiramente ao conselho, e o Prêmio Ayrton, administrado por uma comissão mista. Informou que o edital do Patrimônio Vivo estava previsto para lançamento em 27 de janeiro, com análises em andamento nos setores jurídico e de desenvolvimento do mapa cultural para tornar o texto mais comprehensível. Explicou que já estava em produção um material de apoio mais visual, incluindo fluxogramas, vídeos e cards para redes sociais, além de roteiros para formações presenciais. Mencionou dificuldades com hospedagens para as equipes, que eram majoritariamente terceirizadas, e considerou a possibilidade de realizar ele próprio algumas formações nos municípios. Ressaltou o esforço para equilibrar a oferta de formações, priorizando regiões com maior demanda, como a Metropolitana e a Mata Norte, sem deixar de incentivar inscrições em áreas com participação reduzida nos últimos anos. Destacou que o edital seria lançado em 27 de janeiro, mas as inscrições só estariam disponíveis no Mapa Cultural após o Carnaval, a partir de 14 de março, para evitar coincidências com feriados. O calendário, que previa 45 dias de divulgação, resultaria na publicação dos resultados na véspera da Semana do Patrimônio, em agosto.

Elinildo Marinho considerou a fala de Marcelo sobre a formação e reconheceu a limitação da equipe, apesar de seu crescimento em relação a momentos anteriores. Observou que as ações da Gerência de Preservação eram amplas e não se restringiam apenas aos dois editais apresentados por Marcelo. Refletindo sobre a prerrogativa do Conselho no certame do Patrimônio Vivo, questionou a possibilidade de o Conselho atuar em conjunto com a Gerência de Preservação e participar do processo de formação. Sugeriu que essa colaboração poderia fortalecer a equipe, mencionando sua própria experiência no certame e sua disposição para auxiliar nesse processo como conselheiro. Ele ponderou que essa parceria poderia ampliar a disseminação de informações para comunidades quilombolas, povos ribeirinhos e outros grupos culturais, possibilitando que mais pessoas se candidatassem. Ressaltou, ainda, que manifestações culturais, como a quadrilha junina, haviam sido incluídas no certame anterior, o que poderia abrir espaço para reconhecer expressões culturais ainda desconhecidas. Concluiu que a participação do Conselho poderia fortalecer a atuação da gestão pública nesse processo. **Maria Elizabeth Santiago** fez uma observação sobre temas já discutidos, pedindo desculpas por retomar a pauta. Mencionou que, durante um período, convidou Silvana Meireles e João Roberto Peixe para percorrer o estado, sensibilizando gestores sobre a importância da adesão ao Sistema Nacional de Cultura. Como resultado desse trabalho, alguns conselhos foram criados, como o de Olinda. Após a construção do conselho e a elaboração do plano por meio de escutas com diversos segmentos, surgiram dificuldades na implementação do fundo, pois dependia da colaboração do Executivo local, enquanto muitos vereadores preferiam manter uma política de balcão. Em relação ao patrimônio, mencionou suas conversas frequentes com Marcelo e destacou que agosto, sendo o mês do patrimônio,

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

merecia uma abordagem mais popular. Expressou incômodo com o caráter elitizado da Semana do Patrimônio e sugeriu iniciativas como a realização de um encontro de Patrimônio Vivo da Região Metropolitana. Questionou a falta de conhecimento sobre os patrimônios vivos de Pernambuco, especialmente sobre as mulheres nesse contexto, e criticou a ausência de uma política que promovesse a articulação e convivência entre esses patrimônios. Relatou que desenvolveu um projeto para inserir os patrimônios vivos no ambiente acadêmico, utilizando a Universidade de Pernambuco como espaço de valorização desse conhecimento. No entanto, ao ser submetido à Fundarpe, o projeto foi descartado sob a justificativa de que a Semana do Patrimônio já existia, sem considerar novas propostas para ampliar sua visibilidade. Criticou a predominância de intelectuais externos no debate sobre o patrimônio, apontando o distanciamento entre esses estudiosos e a realidade local. Defendeu a necessidade de trazer o tema para espaços populares, tornando o patrimônio acessível à sociedade. Destacou a urgência de reconstruir a Semana do Patrimônio para que, de fato, cumprisse seu papel de valorização e reconhecimento dos patrimônios vivos do estado. **Harlan Gadêlha** ressaltou que, na gestão passada, havia proposto que o Conselho visitasse todos os patrimônios vivos. Mencionou conhecer três em Goiânia, sendo dois em situação de extrema vulnerabilidade. Destacou que essas pessoas, muitas vezes, pertenciam a comunidades tradicionais, como as Pretinhos do Congo, e viviam em condições precárias, como à beira de rios. Apontou que não apenas o Estado e a sociedade, mas também o próprio Conselho, responsável por aprovar os patrimônios vivos, desconhecia a realidade dessas pessoas. **Elinildo Marinho** concordou com algumas ressalvas em relação à fala de Mãe Beth sobre a Semana do Patrimônio. Reconheceu que o evento possuía uma interface mais elitizada, voltada para a academia e intelectuais, mas destacou que também havia espaço para pessoas das tradições populares. Mencionou que os temas abordados eram bastante específicos e previamente estudados, trazendo reflexões que, embora importantes, nem sempre contemplavam todas as necessidades. A partir dessa discussão, propôs uma nova reflexão para o conselho: sugeriu que o próprio conselho criasse um evento voltado aos patrimônios vivos, considerando que a gestão atual não promovia ações abrangentes nesse sentido. Defendeu a realização de um seminário anual que valorizasse os patrimônios reconhecidos pelo conselho e que esse evento fosse estruturado com o apoio da Secult. Argumentou que essa iniciativa permitiria uma abordagem mais ampla e representativa sobre os patrimônios vivos dentro de um espaço criado e conduzido pelo próprio conselho. **Maria Elizabeth Santiago** ressaltou que a valorização do patrimônio vivo não deveria se limitar à Semana do Patrimônio. Mencionou que, em breve, ocorreria a maior festa da cultura de Pernambuco e questionou a ausência de um polo dedicado ao patrimônio vivo durante o evento. Destacou que milhares de visitantes vinham ao estado para o Carnaval, mas o patrimônio vivo não recebia a devida visibilidade. Argumentou que, enquanto os turistas frequentavam polos tradicionais como o Marco Zero, era essencial criar um espaço específico para destinar expressões culturais como o maracatu, o frevo e as orquestras. Sugeriu que esse espaço poderia ser um polo ou cortejo dentro da programação oficial,

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

aproveitando a grandiosidade do Carnaval para promover a cultura popular do estado. Criticou a dependência de pedidos individuais a prefeitos ou vereadores para que patrimônios vivos tivessem a oportunidade de se apresentar. Defendeu que o próprio Conselho poderia dialogar com os representantes culturais e buscar autonomia para garantir um espaço oficial no evento. Enfatizou que o Carnaval, como a maior festa da cultura popular de Pernambuco, deveria incluir um polo exclusivo para dar visibilidade ao patrimônio vivo. **Ana Barbosa** expressou satisfação ao observar que os debates estavam ganhando ritmo e que o conselho começava a avançar. Reconheceu que as questões discutidas não seriam resolvidas imediatamente, mas considerou a conversa uma semente plantada para futuras reflexões e ações. Destacou a importância de analisar a legislação, propor sugestões e compreender que a Semana do Patrimônio não era um evento engessado, permitindo ao conselho sugerir formatos e ações dentro das possibilidades existentes. Ressaltou que era fundamental conhecer a legislação, mesmo sem memorizá-la, para facilitar propostas de mudança e ações futuras. Antes de encerrar, lembrou que a próxima reunião estava prevista para a semana seguinte, às 9h, e pediu que todos se esforçassem para chegar no horário, considerando que o início dependeria do quórum mínimo. Mencionou que, na próxima reunião, o procurador Marcos Aurélio Farias da Silva, responsável pelo projeto Fortalecer Cultural no Ministério Público de Pernambuco, havia sido convidado para apresentar o projeto e sua relação com o Conselho no âmbito do patrimônio cultural. Também destacou a importância de um momento para esclarecer dúvidas sobre a legislação do patrimônio cultural, abrangendo o material, o imaterial e o RPV. Além disso, informou que outro tema seria a atuação do conselho e sua articulação com instâncias municipais de preservação. Caso fosse possível, também se discutiria a transição da gestão anterior para a atual e as pendências existentes. Por fim, solicitou que os membros levassem sugestões sobre os grupos de trabalho nos quais gostariam de participar e informou que Igor criaria uma pasta no Google Drive para organização das atividades. **Harlan Gadêlha** mencionou que, de acordo com o regimento interno vigente, já existiam duas propostas que poderiam ser votadas, pois o conselho não era apenas consultivo, mas também deliberativo. Afirmou que, em sua interpretação do regimento, não havia impedimentos para a votação das propostas apresentadas por Elinildo Marinho e Maria Elizabeth (Mãe Beth de Oxum). Sugeriu que Elinildo formalizasse sua proposta de moção e que Mãe Beth apresentasse a proposta de criação de um polo de patrimônio vivo, para que ambas fossem submetidas à votação e, se aprovadas, encaminhadas à Fundarpe e à Secretaria de Cultura. Em resposta, **Ana Barbosa** sugeriu que o assunto fosse retomado na próxima reunião. **Marcelo Renan** fez considerações sobre os editais e a Semana do Patrimônio, destacando que a construção do projeto envolveria a participação do Conselho. Ressaltou que a Semana do Patrimônio estava no calendário oficial de Pernambuco e não era uma exclusividade da Fundarpe, pois diversas instituições eram incentivadas a desenvolver ações relacionadas à data. Ele apontou que outras datas comemorativas, como a Semana da Cultura Pernambucana em março, não recebiam a devida promoção e sugeriu que o Conselho poderia cobrar maior

*Elinildo
Pereira
J. P.
Monteiro
Paulo
HF*

*Fox
HF
14*

*cl
HC
B
AS*

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

publicidade sobre essas ações. Explicou que a Fundarpe, por meio da Diretoria de Preservação, organizava algumas atividades dentro da Semana do Patrimônio, incluindo um seminário, a cerimônia de abertura e a entrega dos prêmios Ayrton e do Patrimônio Vivo. Mencionou que, em 2024, a abertura da semana e a premiação ocorreram no início do evento, devido à coincidência com o festival "Pernambuco Meu País", e que o mesmo formato provavelmente seria adotado novamente. Destacou que a semana não era fechada e que o conselho e outras instituições tinham autonomia para desenvolver suas próprias iniciativas. Enfatizou que o maior desafio era a interiorização das ações e que era necessário ampliar o alcance nos municípios. Por fim, afirmou que a proposta sobre o Patrimônio Vivo estava lançada e que novos diálogos seriam realizados em momentos específicos do edital. **Mano Casado** relatou seu trabalho na Fundarpe, no setor patrimonial, desde o ano anterior, e destacou os esforços de interiorização da Semana do Patrimônio em 2024. As ações foram voltadas, principalmente, para escolas municipais, alcançando localidades como Araripina e diversas outras cidades de Pernambuco, embora não todas. Ele mencionou a realização de exposições itinerantes sobre os 50 anos do patrimônio pernambucano, que percorreram quase todo o Sertão, integrando as atividades da Semana do Patrimônio. Ressaltou que alguns municípios já organizavam suas próprias semanas, o que demonstrava a flexibilidade do evento, reforçando que ele não era um processo engessado, mas dependia do engajamento das pessoas. Referiu-se ao prêmio vinculado à Semana do Patrimônio e incentivou a consulta ao Mapa Cultural, onde o edital estava detalhadamente publicado, refletindo aprimoramentos feitos com contribuições do conselho e da sociedade. Enfatizou que o alcance do evento resultava de um esforço conjunto, mas apontou desafios, como a impossibilidade de viagens para muitos integrantes da Fundarpe devido à terceirização e à falta de recursos para hospedagem e alimentação. Ele destacou que as viagens realizadas contaram com captação de recursos e apoio dos municípios que acolheram a iniciativa, permitindo que mais de 7 mil pessoas visitassem a exposição. Finalizou reconhecendo que esse resultado foi fruto do trabalho coletivo de várias mãos. **Ana Barbosa** explicou que os detalhamentos sobre o Prêmio Ayrton e os editais ainda estavam em uma fase inicial, comparando o momento ao plantio de uma semente que começaria a germinar. Mencionou que, quando a data estivesse mais próxima, em fevereiro, haveria mais clareza para definir os próximos passos. Ressaltou que, geralmente, as reuniões eram realizadas online, mas que, até aquele momento, não havia impedimentos quanto ao formato. Finalizou informando que o próximo encontro estava marcado para a semana seguinte, às 9 horas. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Ana de Fátima Barbosa** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Amanda de Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

Ana de Fátima Braga Barbosa (Vice presidente)

Cláudio Brandão de Oliveira

Elinildo Marinho de Lima

Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Harlan de Albuquerque Gadêla Filho

Maria Betânia Corrêa de Araújo

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira

Maria Teresa Caminha Duere

Ana Paula Nebl Jardim

521ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Cristiane Feitosa Cordeiro de Souza

Henrique Luiz de Lucena Moura

Juliana Santa Cruz Souza

Mickael de Azevedo Barbosa

Mons. José Albérico Bezerra

Rinaldo Carvalho Barbosa